



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682715 - SP (2021/0234486-1)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : THIAGO MAZZARO
ADVOGADO : THIAGO MAZZARO - SP340508
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDHERSON CORREIA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDHERSON CORREIA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0004827-34.2021.8.26.0482).

O paciente cumpre pena em regime fechado.

O impetrante sustenta que o reeducando preenche os requisitos legais para a progressão ao modo prisional intermediário, sendo devida a retificação do cálculo de penas, garantindo-se a benesse ao apenado.

Requer, liminarmente, que o paciente aguarde no regime semiaberto até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja refeito o cálculo de penas e deferida a promoção de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão impugnado os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 43/44):

O agravante, reincidente, desconta pena total de 17 anos, 4 meses e 29 dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática de dois crimes de roubo majorado e tráfico de drogas (equiparado aos hediondos), estando o término de cumprimento previsto para 05.3.2028.

Conforme dispõe a legislação de regência, para a progressão de regime, faz-se necessário, além do bom comportamento certificado, o cumprimento de diferentes frações da pena, relativamente aos crimes comuns e ao crime equiparado aos hediondos, notadamente em função da reincidência, requisitos cumpridos, segundo alega do recorrente.

No presente caso, no entanto, consta que o sentenciado praticou falta grave em 02.7.2017, fato que, a teor do disposto na Súmula 534 do STJ, enseja a interrupção do lapso objetivo para fins da progressão de regime.

Anote-se: "Súmula 534-STJ: A prática de falta grave

interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração”.

Assim, consoante dispõe o cálculo de penas (fl. 26), o sentenciado ainda não alcançou o requisito objetivo para a promoção alvitrada.

Ainda que assim não fosse, tendo em vista que o juízo de origem não se manifestou acerca do mérito subjetivo do recorrente, o deferimento direto do benefício neste segundo grau de jurisdição ocasionaria incabível supressão de instância.

Nessa conformidade, nega-se provimento ao recurso.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência